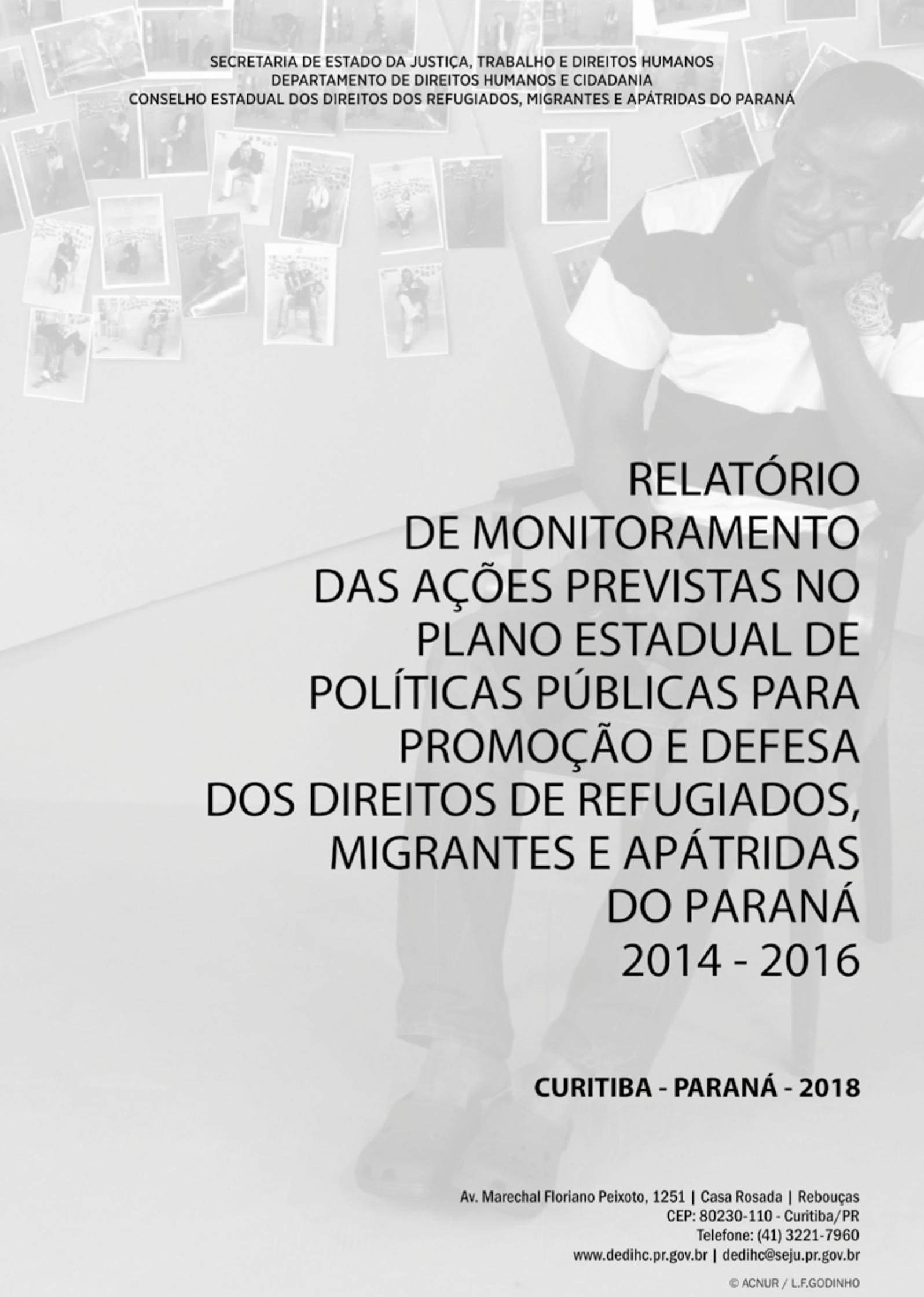
A man with a beard, wearing a black and white striped polo shirt and blue jeans, is sitting in a wooden chair. He is resting his chin on his hand and looking thoughtfully to the side. The background is a light-colored wall covered with numerous small, rectangular photographs of various people in different settings. The overall tone is warm and reflective.

**RELATÓRIO
DE MONITORAMENTO
DAS AÇÕES PREVISTAS NO
PLANO ESTADUAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
PROMOÇÃO E DEFESA
DOS DIREITOS DE REFUGIADOS,
MIGRANTES E APÁTRIDAS
DO PARANÁ
2014 - 2016**

CURITIBA - PARANÁ - 2018

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ



**RELATÓRIO
DE MONITORAMENTO
DAS AÇÕES PREVISTAS NO
PLANO ESTADUAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
PROMOÇÃO E DEFESA
DOS DIREITOS DE REFUGIADOS,
MIGRANTES E APÁTRIDAS
DO PARANÁ
2014 - 2016**

CURITIBA - PARANÁ - 2018

Av. Marechal Floriano Peixoto, 1251 | Casa Rosada | Rebouças
CEP: 80230-110 - Curitiba/PR
Telefone: (41) 3221-7960
www.dedihc.pr.gov.br | dedihc@seju.pr.gov.br

© ACNUR / L.F.GODINHO

FICHA TÉCNICA

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO ESTADUAL 2014-2016

2018 – GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos - SEJU

Departamento de Direitos Humanos e Cidadania - DEDIHC

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - CERMA/PR

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

COMISSÃO DE MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS / CERMA

Márcia Leonora Dudeque - SEED

Dircinha Borkorski - SEED

Fátima Ikiko Yokohama - SEJU

Regina Bergamaschi Bley - SEJU

Ana Sofia Guerra - Conselho Regional de Psicologia

Cesar Rosário Fernandes - Conselho Regional de Psicologia

Elizete Sant'Anna de Oliveira - Serviço Pastoral do Migrante

Lais Silva Santos - SEJU (apoio)

Tamara Zázera Rezende - SEDS (apoio)

PROJETO GRÁFICO

Ana Carolina Gomes - DEDIHC/SEJU

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

É permitida a reprodução parcial ou total da obra, desde que citada a fonte.

GOVERNADORA

Cida Borgheti

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA,
TRABALHO E DIREITOS HUMANOS**

Elias Gandour Thomé

DIETORA GERAL

Alexandra Carla Scheidt

**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Regina Bergamaschi Bley

**DIRETORA ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Fatima Ikiko Yokohama

**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS,
MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ - CERMA
BIÊNIO 2016/2018**

MESA DIRETORA

Katyane Ogura da Silveira - Presidente (março de 2016 / março de 2018)
Célia Baptista - Presidente (março de 2018 / dezembro de 2018)
Elizete Sant'Anna de Oliveira - Vice-Presidente
Tamara Zázera Rezende - Secretária Geral

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL

Andressa G. Barbosa - ARAS/ Cáritas Maringá
Emerson Cícero de Carvalho - ARAS / Cáritas Maringá
Deusa Rodrigues Fávero - Cáritas Arquidiocesana de Londrina
Márcia Terezinha Ponce - Cáritas Arquidiocesana de Londrina
Gustot Lucien - Pastoral Migratória Arquidiocese Curitiba
Sara Otozie Cantil - Pastoral Migratória Arquidiocese Curitiba
Ana Sofia Guerra - Conselho Regional de Psicologia
Cesar Rosário Fernandes - Conselho Regional de Psicologia
Maria de Lourdes Bernartt - Movimento dos Haitianos de Pato Branco
Audrey Merlin Leonardi de Aguiar - Movimento dos Haitianos de Pato Branco
Elizete Sant'Anna de Oliveira - Serviço Pastoral do Migrante
Laurette Bernadin - Associação dos Haitianos do Brasil

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS

Fátima Ikiko Yokohama - SEJU
Regina Bergamaschi Bley - SEJU
Lucimar Godoy - SESA
Noemi E. Brittes - SESA
Célia Baptista - CCIVIL
Jonathan Baptista de Freitas - CCIVIL
Tamara Zázera Rezende - SEDS
Marcela Nadini Benatto - SEDS
Márcia Leonora Dudeque - SEED
Dircinha Borkorski - SEED
Ilson A. Rhoden - SEET
José Jorge T. de Santana - SEET
Paulo Henrique Mariano - SETI
Celma Rosa dos Santos - SETI
Benedito Izidoro Diniz - SEEC
Ingrid K. D. Bozza - SEEC
Vladimir Luis de Oliveira - SESP
Igor da Silva F. Gama - SESP

INTRODUÇÃO

No ano de 2014 foi lançado, por meio do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), vinculado à então Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), o primeiro Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. O Plano tem caráter intersetorial e foi organizado a partir de propostas deliberadas na I Conferência Estadual sobre Migrações e Refúgio do Paraná. Sua vigência foi de três anos (2014 a 2016), e sua construção foi viabilizada pelo Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes no Estado do Paraná. Em abril de 2015 foi promulgada a Lei nº 18.465, que instituiu o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA), que passou, portanto, a ter a incumbência de monitorar o Plano.

No âmbito do Conselho, a Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas organizou o monitoramento do Plano, solicitando às Secretarias responsáveis pelas ações propostas, informações a respeito do que foi realizado. No ano de 2017, as Secretarias apresentaram ao Conselho o relato de suas realizações no âmbito do plano. Ainda, o Ministério Público do Estado do Paraná instaurou procedimento de monitoramento do referido plano, tendo apresentado em reunião do Conselho Estadual o relato das informações recebidas pelos responsáveis. O processo de monitoramento, no entanto, teve suas descontinuidades, que devem ser compreendidas no contexto de um primeiro plano de políticas para migrações, refúgio e apatridia, acompanhado pelo primeiro conselho estadual de discussão dessa temática, o qual iniciou suas reuniões praticamente no último ano de vigência do plano.

Neste documento será feito o registro dos retornos das áreas responsáveis, que foi enviado entre 2016 e 2017, bem como das recomendações feitas pelo CERMA a respeito da realização das ações, também em 2017. Compreende-se que, entre janeiro e junho de 2018, novas realizações no âmbito das ações previstas podem ter acontecido. No entanto, foi encerrado o processo de monitoramento e este é um registro das informações recebidas naquele momento, bem como uma avaliação do próprio processo de monitoramento e registro de recomendações que podem ser levadas em consideração no momento de construção de um novo plano. Não é possível, também, afirmar a qual período especificamente se refere as ações realizadas conforme retorno das secretarias. Isso acontece porque cada uma enviou informações de um formato específico, sem responder a um instrumental único, e também pelo tempo transcorrido entre o envio das informações e o registro do mesmo. Compreende-se, no entanto, que são ações realizadas pela Secretaria no período de vigência do plano e, portanto, podem ser consideradas como informação do que foi realizado ou não como um todo, entre 2014 e 2016.

Primeiramente, será apresentado um quadro com as ações, metas e indicadores originais propostos no plano, com o registro das informações fornecidas tanto ao CERMA quanto ao MPPR, no momento do monitoramento. As informações aqui registradas são as originais, elaboradas pelos órgãos responsáveis pelas ações. A partir deste retorno, foram feitas considerações sobre necessidade de complementação tanto pelo MP quanto pelo CERMA, para esclarecer alguns pontos que não ficaram claros. No entanto, não houve um feedback dos questionamentos apresentados.

A Comissão de Monitoramento do CERMA, após análise de status de realização das ações, apresenta, na sequência, o resultado com os percentuais de realização do plano e finaliza com as recomendações feitas pelo Conselho Pleno.

Curitiba
Novembro/2018

REGISTRO DE MONITORAMENTO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS DO PARANÁ / 2014-2016 A PARTIR DOS RELATÓRIOS DAS SECRETARIAS DE ESTADO E DO MPPR/CAOPDH.

EDUCAÇÃO				
AÇÕES	METAS	INDICADORES	RETORNO CERMA	RETORNO MINISTÉRIO PÚBLICO
1. Articular a inserção da temática da Migração, Refúgio e Apatridia em espaços educativos e de formação.	1.1 Incluir a temática da Migração, Refúgio e Apatridia de forma transversal nos currículos estaduais e municipais.	Realização de seminários, cursos e palestras.	A temática será abordada, preferencialmente, por intermédio das disciplinas de Ensino Religioso, Filosofia, História, Geografia e Sociologia, em seus conteúdos estruturantes e de forma interdisciplinar e contextualizada.	1.1 Disciplinas de Ensino Religioso, Filosofia, História, Geografia e Sociologia abordam a temática.
	1.2 Estabelecer parcerias com universidades e centros universitários que pesquisem o tema.		Está no planejamento da Secretaria, por meio do Departamento da Educação Básica, organizar reuniões com estas instituições para avançar no atendimento à população-alvo, principalmente, junto ao Programa de Desenvolvimento Educacional-PDE.	1.2 Está no planejamento da Secretaria, por meio do Departamento da Educação Básica, organizar reuniões com estas instituições para avançar no atendimento à população-alvo - PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional).
	1.3 Realizar seminários, palestras e cursos sobre a temática da Migração, Refúgio e Apatridia.		Não executado na data prevista. Conforme Seed, somente foi programado para 2017.	1.3 Formação em Ação, Curso do Gestão em Foco e Curso de Capacitação de professores de Português como Língua Estrangeira previstos para o 2º semestre de 2017.
2. Desenvolver programas de Ensino de Língua Portuguesa para Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Construir parcerias com entidades que promovam o Ensino de Língua Portuguesa para Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Cursos de Língua Portuguesa.	Não executado na data prevista. Conforme Seed, somente foi programado para 2017 e 2018.	Curso de Português para Falantes de Outras Línguas, com o objetivo de promover a integração do migrante com a cultura brasileira e paranaense, para iniciar em 2018. Programa Brasil Alfabetizado/Paraná Alfabetizado, em parceria com o Governo Federal (MEC), em que está previsto turmas de alfabetização específicas para estrangeiro em locais de maior necessidade, para o segundo semestre de 2017.
3. Estimular e desenvolver programas de Ensino de Língua Estrangeira para funcionários e agentes dos órgãos públicos que atendem as comunidades de Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Construir parcerias com entidades que promovam o Ensino de Língua Estrangeira para a equipe de funcionários dos órgãos públicos que atendem as comunidades de Migrantes, Refugiados e Apátridas, que não tenham fluência na língua do público atendido.	Cursos de Língua Estrangeira.	Com relação a esta ação, o Centro de Línguas Estrangeiras Modernas - CELEM, já oferta, em cerca de 1.500 Instituições de Ensino em todo o Estado do Paraná, mais de 2.500 cursos gratuitos de 9 (nove) Línguas Estrangeiras (Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Japonês, Mandarim, Polonês e Ucrainiano), destinado a alunos da Rede Estadual de Educação e com oferta estendida aos professores, funcionários da Rede Pública Estadual de Educação Básica, bem como à comunidade em geral.	O CELEM oferta, em cerca de 1.500 Instituições de Ensino no Paraná, mais de 2.500 cursos gratuitos de 9 línguas estrangeiras, destinado a alunos da Rede Estadual de Educação e com oferta estendida aos professores, funcionários da Rede Pública Estadual de Educação Básica, bem como à comunidade em geral. (consideração)
4. Garantir o pleno acesso para Migrantes, Refugiados e Apátridas à educação em todos os níveis e modalidades de ensino.	Realizar análise dos currículos para reinserção do estrangeiro na Educação Básica e Ensino Superior.	Acolhimento de 100% dos solicitantes de ingresso.	Para atender a garantia de acesso à educação pelos Migrantes, Refugiados e Apátridas, cumprindo a deliberação nº09/01 do CEE/PR, a SEED possibilita: - Aproveitamento de Estudos; - Classificação; - Equivalência e a Revalidação de Estudos Incompletos e - Matrícula na série compatível com a idade, em qualquer época do ano, quando o estudante oriundo de país estrangeiro não apresentar documentação escolar e condições imediatas para Classificação.	A SEED possibilita aproveitamento de estudos, classificação, equivalência e revalidação de estudos incompletos, bem como matrícula na série compatível com a idade (esta última em qualquer época do ano, mesmo que o estudante não apresente documentação escolar e condições imediatas para classificação).

FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL				
AÇÕES	METAS	INDICADORES	RETORNO CERMA	RETORNO MINISTÉRIO PÚBLICO
1. Realizar levantamento junto aos municípios sobre o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais aos Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Elaborar instrumento para que os municípios apresentem suas informações.	Instrumento aplicado.	Ação Realizada, através de levantamentos do CadÚnico do ano de 2015	Lista com número de famílias e pessoas migrantes cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) que são atendidas pelo Programa de Acompanhamento Familiar – Família Paranaense e que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Renda Família Paranaense e Programa Luz Fraterna.
2. Ampliar os serviços existentes de acolhimento para Migrantes, Refugiados e Apátridas.	2.1 Realização de um levantamento de dados disponíveis com relação aos Migrantes e Refugiados, para subsidiar a oferta regionalizada do serviço de acolhimento para adultos e famílias.	Vagas de acolhimento disponibilizadas para Migrantes e Refugiados em abrigos institucionais cofinanciados pelo Estado	2.1. Considerando os estudos realizados no ano de 2015 para a implementação do Serviço Regionalizado de Acolhimento na Modalidade Adultos e Famílias, sendo utilizados dados do Censo 2010 – Pesquisa Estratégica Nacional de Segurança Pública na Fronteira – ENAFRON – Diagnóstico sobre o Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira, a fim de se levantar informações quanto à realidade desse público no Estado, como também levantamento por meio de questionários elaborados por técnicos e aplicados pelos Escritórios Regionais/SEDS, nas regionais e ou municípios envolvidos, o que complementou os estudos iniciais. Assim foram definidos os municípios e as regiões prioritárias para os Serviços de Acolhimento, aprovados na reunião do Conselho Estadual de Assistência Social – realizada em 08/05/2015.	Regiões que possuem o maior número de pessoas cadastradas em benefícios assistenciais: Cascavel (1.573), Toledo (1.081), Maringá (942), Francisco Beltrão (483), Paranavaí (441) e Umuarama (329).
	2.2 Disponibilizar 50 vagas de acolhimento para Migrantes, Refugiados e Apátridas em serviço regionalizado.		2.2 Quanto a disponibilidade de 50 vagas de acolhimento, foi parcialmente atingida, considerando que ainda estão previstas para os Grupos de Trabalho no decorrer de 2017 até a efetiva implementação do serviço. A Deliberação 030/2015 do CEAS/PR, definiu a implementação do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias na modalidade Casa de Passagem para atendimento de até 50 (cinquenta) pessoas, nos municípios ou regiões de Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina e estes sediam os Grupos de Trabalho.	Em relação à implementação das 50 vagas para Casa de Passagem, o Estado do Paraná tem prazo até outubro de 2017 e isso está em andamento para os municípios de Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina.
	2.3 Cofinanciar 10 municípios que realizaram o aceite ao Termo de Adesão para oferta do serviço de acolhimento para adultos e famílias.		2.3 Referente ao Cofinanciamento dos 10 (dez) Municípios, a ação foi parcialmente alcançada, embora a SEDS tenha empreendido esforços para que estes realizassem o aceite do Serviço Regionalizado de Acolhimento. No entanto, apenas 05 (cinco) realizaram o aceite, a saber: Curitiba, Piraquara, Londrina, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa. Porém o Município de Piraquara desistiu em Agosto de 2016.	Cofinanciamento federal para expansão qualificada e reordenamento do serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias para apenas 4 municípios (Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Ponta Grossa).
3. Promover esforços, objetivando a inclusão de Migrantes, Refugiados e Apátridas, nos mesmos direitos, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais dos brasileiros.	3.1 Elaboração de cartilhas traduzidas em inglês, espanhol e francês, sobre direitos, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais disponíveis, bem como dos documentos, procedimentos e exigências requeridos.	3.1 Cartilhas elaboradas.	3.1 Referente a Elaboração das Cartilhas traduzidas em três idiomas a ação está em andamento.	Cartilhas destinadas ao público migrante em fase de elaboração, em articulação com a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos e com o Centro de Informações para Migrantes.
	3.2 Orientar e promover o cadastro de Migrantes, Refugiados e Apátridas de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais.		3.2 Estrangeiros cadastrados no CadÚnico.	

SAÚDE				
AÇÕES	METAS	INDICADORES	RETORNO CERMA	RETORNO MINISTÉRIO PÚBLICO
1. Divulgar e orientar os serviços de saúde no Estado e Municípios para garantir o acesso e cuidado dos principais agravos físico e psicossociais, bem como agravos específicos (alimentação e hábitos), que acometem a população Migrantes, Refugiada e Apátrida.	1.1 Divulgar a Carta Aberta e a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS à equipe de funcionários que atuam nas unidades de saúde, visando orientá-la acerca dos direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas.	1.1 22 regionais que participam de eventos de divulgação das cartas.	<p>1. Inclusão no Plano Estadual de Saúde 2016-2019 a Diretriz 08 – Melhoria do Acesso e do Cuidado às Áreas de Atenção Inclusivas.</p> <p>2. Eventos de formação às 22 Regionais de Saúde para dar visibilidade à temática: Videoconferência (14-05-2014 e 06/06/2016) em parceria com as secretarias que integram o CERMA (participantes: 142) entre técnicos das áreas da saúde, educação, assistência social, justiça estadual e municipais, sociedade civil, etc.</p> <p>3. Ações voltadas ao público – com divulgação de material educativo e a Cartilha de Direitos dos Usuários do SUS;</p> <p>4. Lançamento do Programa Saúde do Viajante (www.saudedoviajante.pr.gov.br/versoes/portugues/espanhol/ingles).</p>	<p>Eventos de formação às 22 regionais de saúde para dar visibilidade à temática – videoconferência realizada em 14/05/2014 e 06/06/2016, contando com 142 participantes, entre técnicos das áreas da saúde, educação, assistência social, justiça estaduais e municipais, sociedade civil, etc;</p> <p>Divulgação de material educativo e Cartilha de Direitos dos Usuários do SUS</p> <p>Participação da COMIGRAR em 2014 e eventos de formação promovidos pela UFPR; Programa Saúde do Viajante. (consideração)</p>
	1.2 Promover oficinas e cursos de capacitação para os profissionais que atuam na rede de saúde.	1.2 22 eventos realizados.		

JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS				
AÇÕES	METAS	INDICADORES	RETORNO CERMA	RETORNO MINISTÉRIO PÚBLICO
1. Ampliar o conhecimento e a informação disponível à população em geral sobre a temática da Migração, Refúgio e Apatridia.	1.1 Promover a sensibilização dos funcionários que atuam nas diferentes instituições públicas, visando aprimorar o atendimento à população de Migrantes, Refugiados e Apátridas.	1.1 Cartilha multilíngue e desenvolvimento de atividades de capacitação para funcionários públicos que atendem a população Migrante, Refugiada e Apátrida.	<p>Criação do Guia de Contatos para Migrantes, publicado em 2015 e atualizado em 2016. O conteúdo pode ser encontrado online no site do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DEDIHC.</p> <p>Em 2016, inaugurou-se, também, o Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas - CEIM, uma parceria da SEJU com outras secretarias – SEDS, SEED, SESA e SEAP. Seu objeto é prestar orientações e informações que ajudam na integração local dos migrantes/refugiados.</p>	<p>Elaboração e publicação gráfica e por meio digital do Guia de Contatos para Migrantes e Refugiados no Estado do Paraná (publicado em 2015 e atualizado em 2016).</p> <p>Criação de Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CEIM), inaugurado em 2016. Curso de capacitação dos funcionários do CEIM (reuniões semanais em consonância com planejamento interno do DEDIHC.</p> <p>Matéria jornalística sobre a temática em emissoras de rádio e televisão.</p>
	1.2 Promoção de campanhas de divulgação sobre a questão da Migração, Refúgio e Apatridia no Estado, por meio de diversas mídias, com o intuito de estimular a sensibilização da comunidade local para a temática.	1.2 Eventos específicos com inclusão da temática através de matérias jornalísticas, documentários, entre outros.		
2. Sensibilizar servidores da Justiça sobre os direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Realizar reuniões e cursos de capacitação com os órgãos da justiça para conscientizá-los em relação à Legislação Nacional e Internacional de Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Reuniões, cursos de capacitação e sensibilização dos órgãos públicos.	Esta ação caracteriza-se pela parceria com a Escola de Educação em Direitos Humanos – ESEDH para o desenvolvimento e implementação de cursos de capacitação para servidores. *Executado parcialmente	Parceria com ESEDH para desenvolver e implementar cursos de capacitação para servidores. (considerações)
3. Formular ações específicas para tratamento de Migrantes, Refugiados e Apátridas nas penitenciárias.	Realizar reuniões e cursos de capacitação com os órgãos da justiça sobre os direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas no complexo penitenciário.	Reuniões, cursos de capacitação e sensibilização dos órgãos públicos.	Realização de reuniões e articulações com a Secretaria de Segurança Pública e o DELEMI-G-PF para formular resolução para o devido procedimento de detenção de migrantes, refugiados e apátridas nas penitenciárias: Também foram realizadas reuniões sobre a temática com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR e com a Caritas Paraná. *Destaca-se que, a partir de 2015, o Departamento de Administração Penitenciária passou a integrar a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária.	Reuniões e articulação com a Secretaria de Segurança Pública e DELEMIG-PF para formular uma resolução para o devido tratamento de Migrantes, Refugiados e Apátridas nas penitenciárias.

JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS				
AÇÕES	METAS	INDICADORES	RETORNO CERMA	RETORNO MINISTÉRIO PÚBLICO
4. Viabilizar convênios das Secretarias de Estado, Comitês e Conselhos com os órgãos que levarem e processem informações de dados sobre Migração, Refúgio e Apátrida, para a criação de banco de dados.	Efetuar levantamento de dados sobre Migração, Refúgio e Apátrida, existentes nos órgãos públicos	Relação de dados de serviços, políticas e número de pessoas sobre Migração, Refúgio e Apátrida.	Criação do Sistema informatizado do CEIM que possibilita relatório com dados sociais relativos aos atendimentos realizados nesse equipamento do Estado. Desenvolvimento e aplicação de questionário situacional para levantar dados sobre a realidade dos migrantes em diversos aspectos de sua realidade social, enviado aos 399 municípios do Paraná. Não houve a devolutiva, considerando o processo eleitoral municipal naquele ano.	Questionário Situacional, desenvolvido pelo CERMA e pela Divisão de Políticas para Migrantes, Refugiados e Apátridas. Parcerias com instituições de Ensino Superior para pesquisas na área (considerações)
5. Propor a criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.	Formular a Minuta de Anteprojeto de Lei para a criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.	Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.	Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas – CERMA, primeiro e único conselho de direitos do Brasil voltado a esse segmento.	Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, pela lei 18.465/2015.
6. Encaminhar consultas aos órgãos federais sobre procedimentos regulatórios de revalidação de diploma e outros aspectos referentes ao Ensino Superior.	Instaurar procedimento administrativo para consulta de revalidação de diploma e reinserção nos cursos de graduação para estrangeiros junto aos órgãos federais, tais como: Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Educação e Instituições de Ensino Superior do Paraná.	Adequação dos marcos regulatórios para atendimento à nova demanda de Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Articulação com as IES e UFPR.	Articulação com SETI e UFPR para a implementação dos procedimentos destacados. (considerações)

SEGURANÇA PÚBLICA				
AÇÕES	METAS	INDICADORES	RETORNO CERMA	RETORNO MINISTÉRIO PÚBLICO
1. Ampliar o conhecimento e a informação disponível à população em geral sobre a temática da Migração, Refúgio e Apatridia.	1.1 Oportunizar a sensibilização dos funcionários que atuam nas diferentes instituições públicas, visando aprimorar o atendimento à população de Migrantes, Refugiados e Apátridas.	1.1 Publicação da Cartilha multilíngue e desenvolvimento de atividades de capacitação para funcionários públicos que atendem a população Migrante, Refugiada e Apátridas.	Buscando atender as necessidades de publicação, a SESP-PR tem mantido proximidades com outras agências públicas no sentido e garantir que o acesso às políticas públicas aos estrangeiros que se encontram presos nos sistemas prisionais do Paraná. A SESP-PR vem procurando identificar em que unidades os presos estrangeiros se encontram, visando fortalecer uma política de promoção dos direitos humanos, garantindo acesso jurídico e institucional aos apenados. (foi anexado ao documento, tabela com quantidades de presos estrangeiros por nacionalidades) *As respostas não condizem com as ações e metas. Assim, entende-se por não realizado.	Termo de cooperação com a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) para que agentes penitenciários lotados na região de fronteira tenham acesso a cursos de idiomas (espanhol e guarani) e possam melhorar a comunicação com presos estrangeiros. Em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, o Departamento Penitenciário do Paraná está solicitando a liberação do cartão SUS para presos estrangeiros, para que possam ter acesso a hospitais de referência, cirurgias, exames, entre outros. Campanhas e divulgação (considerações)
	1.2 Promoção de campanhas de divulgação sobre a questão da Migração, Refúgio e Apatridia no Estado, por meio de diversas mídias, com o intuito de estimular a sensibilização da comunidade local para a temática.	1.2 Número de eventos específicos com inclusão da temática através de matérias jornalísticas, documentários, entre outros.	Várias ações foram promovidas visando uma formação continuada dos policiais civis e militares bem como dos agentes penitenciários visando promover a humanização dos operadores de segurança pública. Em 2016, foi efetuado um Convênio de cooperação entre DEPEN e a UNILA. Foram organizados cursos de língua estrangeira que buscavam preparar os agentes penitenciários lotados na região de fronteira tenham acesso a cursos de idiomas (espanhol e guarani) e possam melhorar a comunicação com presos estrangeiros. Entre 2012 e 2017 foram promovidas diversas formações de qualificação e profissionalização policial. A disciplina sobre Direitos Humanos é obrigatória, e nela constam as orientações sobre a necessidade de humanização dos agentes públicos no trato com migrantes, refugiados e apátridas.	
2. Sensibilizar órgãos de segurança sobre os direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Realizar reuniões e cursos de capacitação com os órgãos de segurança para conscientizá-los em relação à Legislação Nacional e Internacional de Migrantes, Refugiados e Apátridas.	Reuniões, cursos de capacitação e sensibilização, com a Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Guarda Municipal.		
3. Viabilizar convênios das Secretarias de Estado, Comitês e Conselhos com os órgãos federais e entidades da sociedade civil que contenham informações de dados sobre Migração, Refúgio e Apatridia, para a criação de banco de dados.	Auxiliar no levantamento de dados sobre Migração, Refúgio e Apatridia, existentes nos órgãos públicos.	Dados levantados sobre serviços, políticas e número de pessoas sobre Migração, Refúgio e Apatridia.	*Não realizado	O Paraná possui cerca de 150 estrangeiros (mais de 17 nacionalidades diferentes) em unidades prisionais em todo o Estado. Todos recebem informações sobre a possibilidade de pedido de transferência (condenados) para seu país de origem. As unidades penitenciárias também estabelecem contato com as embaixadas para que esses detentos possam ser assistidos/acompanhados a seus países de origem. (considerações)

TRABALHO				
AÇÕES	METAS	INDICADORES	RETORNO CERMA	RETORNO MINISTÉRIO PÚBLICO
1. Promover esforços, objetivando a inclusão de Migrantes, Refugiados e Apátridas, nos mesmos direitos dos nacionais, através do Programa de Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego.	1.1 Realizar o cadastramento dos Migrantes, Refugiados e Apátridas no Portal TEM Mais Emprego para a realização da Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego.	Quantitativos 1.1 Número de trabalhadores atendidos. 1.2 Número de trabalhadores encaminhados. 1.3 Número de trabalhadores colocados. 1.4 reuniões técnicas e videoconferências	1.1 4587 atendidos/2015 e 3082 inscritos em 2016 1.2 3358 trabalhadores encaminhados/2015 e 5905 em 2016 1.3 64 trabalhadores colocados/2015 e 825 em 2016 1.4 09 reuniões - 312 seguros desempregos habilitados de março a dezembro de 2015	
	1.2 Articulação com Secretarias de Assistência Social Municipais e Estadual e Postos de Trabalho, objetivando desenvolver um trabalho de sensibilização e divulgação da temática de Migração, Refúgio e Apatridia para facilitar o acesso desse público aos diversos programas sociais oferecidos.	Qualitativos 1.1 Melhoria de qualidade de vida. 1.2 Aumento da autoestima. 1.3 Valorização do trabalho.		
2. Pré-matricular os Migrantes, Refugiados e Apátridas nos cursos de qualificação profissional ofertados pelo PRONATEC nas modalidades: Trabalhador e Seguro Desemprego, bem como para os cursos promovidos por instituições parceiras (ONG's) ou por meio de convênios firmados.	Encaminhar os trabalhadores para as instituições de ensino ofertantes dos cursos de qualificação profissional, a fim de prepará-los para o mercado de trabalho.	Quantitativos 2.1 Número de trabalhadores atendidos. 2.2 Número de pré-matrículas. 2.3 Número de matrículas. 2.4 Número de matrículas canceladas. 2.5 Número de trabalhadores que concluíram o curso.	Em razão do Sistec ter voltado a operar apenas no mês de setembro/2015, não foram contabilizados os dados referentes à Qualificação Profissional deste período dos cursos do Pronatec. Em seu retorno, os cursos demandavam comprovação de escolaridade, o que inviabilizou o encaminhamento destes trabalhadores . Em relação aos cursos ofertados por ONGs, não houve interesse por parte deste público, pois não atendem as necessidades de formação demandada.	
		Qualitativos 2.1 Melhoria do rendimento profissional e financeiro. 2.2 Desenvolvimento de habilidades e competências.		
3. Promover a capacitação dos funcionários dos postos das Agências do Trabalhador do Estado para o atendimento aos Migrantes, Refugiados e Apátridas.	3.1 Realizar em parceria com as Instituições públicas/privadas cursos de Língua Estrangeira e programas de capacitação para atendimento ao público para os funcionários das Agências do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda SPTER.	Quantitativos 3.1 Número de funcionários capacitados. Qualitativos 3.1 Melhoria da qualidade do atendimento aos Migrantes, Refugiados e Apátridas. 3.2 Apropriação da diversidade étnico-cultural.	*Não realizado em 2015. Em 2016, 800 funcionários foram capacitados.	
4. Promover palestras informativas para os Migrantes, Refugiados e Apátridas sobre inserção no mercado de trabalho.	4.1 Viabilizar salas de atendimento coletivo nas Agências do Trabalhador do Sistema Público do Trabalho, Emprego e Renda SPTER.	Quantitativos 4.1 Número de trabalhadores atendidos. 4.2 Edição de 3000 cartilhas.	4.1 Participação de 231 trabalhadores na Palestra de Empregabilidade.	

TRABALHO				
AÇÕES	METAS	INDICADORES	RETORNO CERMA	RETORNO MINISTÉRIO PÚBLICO
	4.2 Elaboração de cartilhas sobre direitos, deveres e benefícios disponíveis para Migrantes, Refugiados e Apátridas, incluindo informações sobre a legislação trabalhista, saúde e educação do trabalhador, bem como os documentos procedidos e exigências requeridas.	Qualitativos 4.1 Apropriação das condições oferecidas pelo mercado de trabalho. 4.2 Conhecimento de direitos e deveres.	4.2 Não executado.	

AVALIAÇÃO

Tendo em vista as ações previstas no Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná, o CERMA, por meio da sua Comissão de Monitoramento, veio discutindo nos últimos dois anos o formato para a execução deste relatório. A fim de explicitar o cumprimento das ações do Plano, o CERMA pautou-se em metas e indicadores previamente definidos e apresentados a cada área responsável. As informações referentes a execução do plano foram, em sua maioria, encaminhadas pelos órgãos responsáveis ao CERMA. Todavia, o fato de algumas informações terem sido vagas ou incompletas, levou a Comissão de Monitoramento do CERMA a buscar ativamente dados complementares. É importante considerar, ainda, que as metas e indicadores também podem ter sido pouco especificados, o que pode ter prejudicado a interpretação e o feedback por parte dos órgãos responsáveis pela execução de cada eixo.

Mesmo com os desafios em se delimitar a partir das metas e indicadores o que exatamente foi realizado, o CERMA, analisou as informações encaminhadas e adquiridas e determinou o status de realização das ações previstas. Foram analisados os 6 eixos do Plano, que continham 21 ações previstas. Algumas das ações continham mais de uma meta (31 metas no total), no entanto, para fins de padronização, a análise a respeito da realização foi feita com base na ação como um todo. As ações foram classificadas de acordo com os seguintes status: realizada plenamente; realizada parcialmente; ou não realizada.

De acordo com a análise do CERMA, conforme informações obtidas, das 21 ações previstas, 17 foram realizadas, sendo 9 realizadas plenamente; 8 realizadas parcialmente e 4 ações não realizadas. Em números percentuais, 80,9% das ações foram realizadas, embora 42,8% delas tenham sido realizadas plenamente e 38% realizadas parcialmente. Quanto às ações não realizadas, este número fica em torno de 19%.

Considerando que o plano teve vigência de apenas 3 anos; que a política havia sido estabelecida como um espaço institucional no governo muito recentemente e que o próprio Conselho teve sua criação no meio do período de vigência do plano, é possível argumentar que algumas ações realizadas podem não estar refletidas nele, ao passo que algumas das questões planejadas poderiam não estar em acordo com as possibilidades e necessidades reais de atuação. Além disso, a delimitação temporal de ações realizadas somente no período 2014-2016, por exemplo, foi o fator que determinou que a ação 2 do eixo “Educação” tenha sido apresentada como “não realizada”, ainda que tenha sido realizada posteriormente a esse período. O mesmo pode ser visto na ação 2 do eixo “Família e Desenvolvimento Social”, que foi apresentada como “realizada parcialmente”, mas que também teve sequência posteriormente a 2016.

É possível argumentar, ainda, que por vezes houve divergências ou tão somente diferenças entre as informações repassadas pelo mesmo órgão ao CERMA e ao Ministério Público do Paraná (MPPR), como melhor observado no eixo “Segurança Pública”. Tanto as imprecisões de informação repassadas quanto a falta de detalhamento foram apontados pelo CERMA e pelo MPPR, em momento de apresentação do retorno das Secretarias de Estado.

Mesmo com essas ressalvas, muitas das ações não efetivadas são de grande importância, e o Conselho reforça a necessidade de suas manutenções, assim como de avanços em todos os eixos do Plano. Em novembro de 2017, na finalização do processo de monitoramento foram elaboradas e aprovadas em reunião do CERMA, algumas recomendações a respeito das realizações informadas até aquele momento, bem como das ações propostas naquele período. As recomendações foram reproduzidas na íntegra nesse documento. No entanto, algumas dizem respeito a solicitações de esclarecimento que foram feitos à época.

RECOMENDAÇÕES CERMA – DEZEMBRO 2017

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

1. Fortalecimento da implementação do CadÚnico junto à população migrante com estratégias de busca ativa e garantia do acesso à informação.
2. Recomendação aos municípios de que estes levem em consideração a especificidade das questões migratórias e culturais quando estabelecerem processos de integração de Refugiados, Migrantes e Apátridas nos programas e serviços socioassistenciais.

Secretaria de Estado da Educação

1. Articulação da temática nos currículos da educação básica.
2. Estabelecimento de parcerias com as IES a fim de promover a articulação do ensino, pesquisa e extensão com a temática da migração.
3. Divulgação dos programas de ensino de Língua Portuguesa para o segmento de migrantes, refugiados e apátridas.

Secretaria de Estado de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

1. Implementação do processo de descentralização do Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas, com estratégias de atendimentos regionalizados.
2. Promoção de formação continuada aos agentes públicos.

Secretaria de Estado da Saúde

1. Orientação aos municípios para que promovam iniciativas de busca ativa, a partir dos territórios, para cadastro de Cartão SUS
2. Ampliação dos processos formativos aos técnicos e profissionais de saúde.
3. Organização de ações a partir de uma noção ampliada da constituição do processo saúde-doença, suas múltiplas determinações e os aspectos culturais e identitários dos migrantes.

Secretaria de Estado de Segurança Pública

1. Detalhamento de informações pertinentes com indicadores mais precisos em relação à execução das ações, haja vista que as respostas da SESP não correspondem às ações do Plano
2. Ampliação da sensibilização específica à temática migratória aos órgãos de Segurança Pública do Estado do Paraná, tendo em vista que as ações realizadas só foram executadas na região de Foz do Iguaçu.